



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 537/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1626/2015 (2 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual Antidrogas-FEAD.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Louismar de Matos Bonates, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Ordenador de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD – Informação nº 108/2016 (fls. 204/207).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2773/2016-MP/ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 208/209).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual Antidrogas-FEAD. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas.
Determinações à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, em rejeitar a Proposta de Voto do Auditor-Relator e acolher o Voto-Destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Redator Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anual, do Fundo Estadual Antidrogas-FEAD, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Louismar de Matos Bonates, com fulcro no art. 22, II, c/c art. 24 da Lei nº 2.423/96;

9.2- DETERMINAR à origem:

9.2.1- Que cumpra o disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000;

9.2.2- Adote providências para a regularidade das anulações e/ou deduções da dotação orçamentária a serem computadas nos Demonstrativos Contábeis do Ente;

9.2.3- Adote providencias para garantir a regularidade da dos Demonstrativos relativos à arrecadação suficiente ou, quando for o caso, frustração de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACORDÃO Nº 537/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

receitas, ademais, que observe as anulações de despesa e/ou limitações de empenhos, visando garantir a regularidade da movimentação financeira.

10- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de Junho de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Redator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral